



PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N.º

LIVRO DE LEIS

LEI Nº 2.889, DE 22 DE MARÇO DE 2004.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR POR
DOAÇÃO TERRENO DO POLO INDUSTRIAL
PERTENCENTE AO MUNICÍPIO PARA A EMPRESA
"PAPILLON INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA".

ALOISIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Lorena, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica desafetado de sua destinação pública e autorizado o Poder Executivo a alienar por doação um terreno pertencente ao município no Polo Industrial, criado por força da Lei nº 2.858, de 16.12.2003, a Empresa **Papillon Indústria de Embalagens Ltda.**, localizada na Avenida Oswaldo Aranha, 919, Vila Zélia, Lorena, Estado de São Paulo, Indústria de Fabricação de Embalagens de Papelão Corrugado no CNPJ 02.092.705/0001-01, que assim se descreve: **Lote 30: Um terreno de formato irregular, com frente para a Avenida A, distante 60,00m da esquina com a Avenida B, no Bairro do Aterrado, distrito, município e comarca de Lorena, Estado de São Paulo, medindo de frente, a partir da divisa com o lote 29, em curva para esquerda medindo 8,33m, e novamente em curva, para a direita, medindo 12,86 onde encontra o lote 31; 15,00m nos fundos onde confronta com o lote 25; do lado esquerdo de quem da Avenida olha o imóvel, mede 60,00, confrontando com o lote 29; 46,75m do lado direito, confrontando com o lote 31; encerrando a área de 800,41m².**

Artigo 2º - A doação somente será efetiva mediante o cumprimento pela empresa dos seguintes encargos:

I - ter iniciado as obras de construção do empreendimento no prazo de quatro (4) meses, a contar da data da aprovação da lei de doação da área;



LIVRO DE LEIS

(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 2.889/04).

II – estar em pleno funcionamento no prazo de dezoito (18) meses, a contar da data da aprovação da lei de doação da área, podendo este prazo ser prorrogado por seis (6) meses, desde que mais de 80% do empreendimento esteja concluído, o que deverá ser comprovado através dos projetos aprovados do empreendimento e mediante vistoria e análise do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Lorena;

III – o projeto de construção do empreendimento deverá obedecer as posturas municipais, bem como todas as exigências das normas legais voltadas à legislação ambiental, visando a preservação do meio ambiente.

IV – a empresa deverá afixar placa permanente na frente do imóvel, com dimensões mínimas de dois (2) metros por três metros, contendo o nome do empreendimento, função do empreendimento e os dizeres **"Empreendimento instalado em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Lorena, por autorização da Câmara Municipal, contado com a Prefeitura – Assessoria de Indústria e Comércio 0XX-12-3153-1155"**;

V – a empresa deverá obrigatoriamente licenciar perante a Ciretran de Lorena, os veículos de sua propriedade a serem utilizados neste município.

Artigo 3º - As doações são irrevogáveis, excetuados os casos de descumprimentos dos encargos constante desta Lei, que não sendo obedecidas e cumpridas pela donatária importará na reversão das áreas ao patrimônio municipal, sem direito a qualquer indenização, sendo ainda vedado a donatária dar às áreas destinações diversas das previstas nesta Lei.

Artigo 4º - A escritura de doação da área somente será lavrada após o cumprimento da finalidade da doação, no prazo descrito nesta Lei, exceto nos casos de necessidade de tomada de empréstimo junto aos agentes financeiros, devidamente comprovados através de documentos e planilhas referente ao empréstimo, que deverão ser analisados pela Procuradoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N.º

LIVRO DE LEIS

(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 2.889/04).

da Prefeitura Municipal de Lorena e pela Assessoria de Indústria e Comércio, não podendo a área doada ser objeto de garantia do empréstimo, devendo ainda ser realizada vistoria de conclusão e funcionamento do empreendimento e posterior emissão de certidão expedida pela Assessoria de Indústria e Comércio.

Artigo 5º - A empresa ainda deverá dar cumprimento às demais exigências constante da Lei nº 2.858, de 16 de dezembro de 2003, para que possa obter os demais benefícios de Lei.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Lorena, 22 de março de 2004.

ALOISIO VIEIRA
Prefeito Municipal

MARIA ANTONIA PEREIRA
Secretário Adjunto de Legislação